

como tragédias fatais, que se ocultam e se despertam oportunamente ou se desmoram sem nova oportunidade. As vozes da etnografia de Pina Cabral, na sua paráfrase e interpretação, constituem uma lição magistral de antropologia da identidade.

Outra contribuição teórica que urge mencionar é a reformulação que Pina Cabral faz da hipogamia e hipergamia de etnicidade e de classe em termos de «contextos matrimoniais de produção e de reprodução». Aí interpreta o significado da identidade segundo as próprias experiências de vida, que têm fortes implicações, que uma pessoa arrasta e com as quais arrosta para o resto da sua vida.

Em conjunto, portanto, o livro faz honra ao seu subtítulo. Para a pessoa, a cultura vivida não está isenta de emoção. Para compreender a cultura há que conhecer a resposta emocional que ela produz nas pessoas. E para entender as emoções é necessário ter em conta qual o género de cultura que as pessoas constroem.

IGNASI TERRADAS SABORIT

*Luis Nuno Rodrigues, Salazar-Kennedy: a Crise, Uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, 343 páginas.

1200 As sucessivas crises do regime salazarista entre 1961 e 1962 mar-

cam um dos momentos mais difíceis da sua história, pior ainda, de certa maneira, do que os primeiros tempos da guerra de Espanha ou da segunda guerra mundial, pela convergência das divisões internas, das pressões externas e das crises coloniais, com a invasão do Estado da Índia e a revolta nacionalista angolana.

A crise nas relações bilaterais entre os Estados Unidos e Portugal, cuja fase crítica coincide com a entrada em cena da administração Kennedy, demonstrou ser relevante em todos esses domínios. Desde logo, é impossível destrinçar a viragem na posição oficial norte-americana sobre as colónias portuguesas da tentativa — falhada — de golpe de Estado da hierarquia militar em Abril de 1961. Por outro lado, ambas são inseparáveis da revolta angolana, apoiada por aliados africanos dos Estados Unidos, que seria impensável sem uma evolução na sua estratégia, resultante da percepção de uma multiplicação de crises internacionais contra os interesses norte-americanos: «the tide of events has been running out and time has not been our friend», nas palavras do discurso inaugural do novo presidente. Nesse contexto, a competição bipolar com a União Soviética exigia uma ruptura aberta com os colonialismos europeus para tentar impedir uma aliança entre o movimento comunista e os nacionalismos emergentes. Kennedy disse-o com a maior clareza: «Our view of the world crisis is that countries are entitled to national sovereignty and independence.» Esse corte não impli-

cava um confronto com os aliados europeus, empenhados em completarem a descolonização dos seus territórios africanos, excepto no caso de Portugal, com o qual a crise só seria inevitável se o regime autoritário, isolado, persistisse numa defesa insustentável do seu império. Por último, a vontade norte-americana de acelerar uma mudança da política colonial portuguesa, indissociável da primeira «abrilada», teve como efeito directo tornar sinónimas a continuidade do regime e a permanência do império: a intransigência da diplomacia portuguesa perante as posições anti-colonialistas da administração norte-americana tornou-se indispensável para demonstrar a firme determinação do regime salazarista em preservar a integridade do «império em perigo», cuja defesa passou a ser a justificação existencial do Estado Novo. De certa maneira, apesar de ter imposto a superioridade das suas armas nas frentes africanas, de ter cerrado fileiras internamente e de ter prevalecido no duelo com a República imperial, o regime autoritário não chegou a sobreviver inteiramente a essa sucessão de crises.

Luís Nuno Rodrigues, um dos melhores representantes da nova escola portuguesa de história das relações internacionais, escolheu essa crise, extraordinária e decisiva, para a sua dissertação de doutoramento, publicada sob o título *Salazar-Kennedy: a Crise, Uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*. A sua análise, metódica e rigorosa, é tão interessante como a pró-

pria crise, acerca da qual Luís Nuno Rodrigues conseguiu obter, num conjunto de arquivos norte-americanos, uma massa impressionante de documentos e informações inéditos.

Na sua tese, que se concentra no período entre Março de 1961 e Dezembro de 1962 — desde a viragem anticolonialista dos Estados Unidos nas Nações Unidas ao veto norte-americano no Conselho de Segurança contra a condenação do colonialismo português —, Luís Nuno Rodrigues demonstra, sem omitir nenhum passo conhecido, como a administração Kennedy, numa primeira fase, avançou, em todas as frentes, contra o regime salazarista e a sua política colonial. A crise é marcada por uma grande dureza: Galbraith, uma das personagens emblemáticas da administração Kennedy, estava disposto a correr o risco de uma saída de Portugal da Aliança Atlântica, numerosos responsáveis do regime autoritário estavam convencidos de que o golpe Botelho Moniz fora uma conspiração norte-americana. Para Portugal é um combate decisivo: decidido a comandar directamente a diplomacia portuguesa durante a crise, Salazar nomeia para Washington Pedro Theotónio Pereira, ministro da Presidência e seu antigo embaixador em Espanha durante a guerra. Numa segunda fase, gradualmente, os Estados Unidos vão ser forçados a recuar: os primeiros sinais surgem desde o início de 1962, mas a mudança só será oficialmente comunicada a Franco Nogueira, em Washington, em plena crise de Cuba.

Na interpretação de Luís Nuno Rodrigues, a razão principal desse recuo resulta da importância estratégica única das instalações militares norte-americanas no arquipélago dos Açores: na fórmula dos vencidos, enunciada por Galbraith: «We are trading our African policy for a few acres of asphalt in the Atlantic.» Como no passado, com a Inglaterra ou os Estados Unidos, Portugal fez valer a importância da sua posição geográfica para consolidar a aliança indispensável com a principal potência marítima. Ou, em termos mais teóricos, o paradoxo da crise é o poder da fraqueza de Portugal, que se exprime na credibilidade da sua ameaça de negar aos Estados Unidos o acesso às facilidades açorianas.

Há outras três ordens de razões que são tratadas por Luís Nuno Rodrigues: a importância das divisões internas na administração democrata, o peso da intransigência salazarista — que não precisa de aspas nenhuma — e o contexto internacional, nomeadamente a relevância crescente das potências regionais europeias na configuração das alianças portuguesas, cuja flexibilidade é contraposta à tese canónica do isolamento externo do regime.

As divergências internas entre «europeístas» e «africanistas» nas fileiras democratas — ou entre os internacionalistas wilsonianos de Adlai Stevenson e a linha conservadora hamiltoniana de Dean Acheson — parecem constantemente importantes e, nesse contexto, a intervenção de Acheson, que considerava Salazar o

último dos reis-filósofos, pode ter sido decisiva. No essencial, o recuo corresponde a uma emenda interna nas políticas externas norte-americanas, onde a crise portuguesa foi instrumental. Pelo contrário, para Portugal a crise americana era crucial — um caso exemplar da «assimetria da atenção» que joga a favor da diplomacia portuguesa — e a intransigência de Salazar revelou-se indispensável para compensar pela vontade e pela clareza a assimetria de poder entre uma grande potência e um pequeno Estado. Sem firmeza e sem um certo sentido trágico — se perdesse, o regime estava condenado e o império perdido —, a posição portuguesa não podia pesar nem no nível bilateral nem no plano interno. Mas também teve sorte, no contexto internacional, porque, entre a cisão sino-soviética e o muro de Berlim, o terreno africano deixou rapidamente de ser minimamente pertinente para a competição bipolar, ao contrário do argumento salazarista sobre a centralidade africana na disputa entre os aliados ocidentais e o bloco soviético ou comunista. Ironicamente, a competição entre as duas principais potências só regressou à África austral depois do fim do regime autoritário, com a descolonização tardia das colónias portuguesas.

Raymond Aron, no mesmo ano da crise, constatava uma das qualidades do sistema bipolar: «Jamais il n'a été aussi difficile au fort d'imposer sa volonté au faible.» A crise entre os Estados Unidos e Portugal, a crise de

uma aliança bilateral que não chegou a ser uma crise da aliança atlântica, foi um exemplo eloquente dessa dificuldade: numa luta entre a «arrogância do poder» e a «arrogância da impotência», um pequeno Estado pode ganhar um duelo diplomático contra uma grande potência, sobretudo quando de um lado está em causa a sobrevivência e do outro uma querela interna sobre uma questão política secundária.

CARLOS GASPAR

*Anália Cardoso Torres, Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora, 2001, 145 páginas.

Anália Torres expõe e debate neste livro — que tem por base a sua tese de doutoramento — os contributos de diversos estudos e teorias sobre a vida conjugal e a condição feminina. Um dos seus objectivos consiste em recordar-nos que sociólogos como E. Durkheim, G. Simmel, E. Burgess, T. Parsons e W. Goode estavam certos nas suas previsões. Por isso lhes é dedicada a primeira parte da obra, que termina com o que designa por «ruptura dos anos 70», protagonizada pelo trabalho de autoras feministas. Na segunda parte, a autora

analisa a contribuição de propostas mais recentes de investigadores oriundos da sociologia da família e de outros campos da sociologia, ou mesmo de outras áreas disciplinares, mas desta vez tendo por referência as diferentes problemáticas que envolvem o casamento.

Para Durkheim, o século XIX assistiu ao início da passagem da família patriarcal, «que impõe aos descendentes o casamento adequado à continuidade de determinada lógica familiar e colectiva», para a família conjugal, onde, pelo contrário, «é o casamento que funda a família» (p. 12). Estudos realizados no âmbito da história e da demografia demonstraram, contudo, que a libertação da escolha do cônjuge dos interesses explícitos da família é, afinal, um processo bem menos linear do que fazem acreditar as suas análises. Durkheim considerava também que a intervenção do Estado — mais especificamente os direitos e os deveres implícitos no contrato de casamento — seria central para garantir a indissociabilidade dos laços de parentesco, ao mesmo tempo que acreditava na crescente valorização do indivíduo ilustrada na ênfase que a família conjugal moderna depositava na vontade individual dos seus membros. No entanto, as transformações ocorridas nos últimos cem anos, como o aprofundamento das expectativas emocionais depositadas no casamento que o crescimento do divórcio denuncia, evidenciaram os problemas de um quadro teórico de pendor funcionalista desajustado da